

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.514.423 - SP (2019/0156126-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
ADVOGADOS : MARIA LUCÍLIA GOMES - SP084206
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - SP107414
AGRAVADO : FABIO ANTONIO ALTAMIR ROVERONI
AGRAVADO : MOISES DANIEL FURLAM
ADVOGADO : ANDRE VICENTE - SP203322

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c" da Constituição Federal, insurgem-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO CONTRA R. SENTENÇA PELA QUAL FOI JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ALEGAÇÃO DE INCORREÇÃO PEDIDO DE REFORMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DOS ÔNUS DE COMPROVAR A EFETIVA REGULARIDADE DO REGISTRO DESABONADOR PROMOVIDO EM DESFAVOR DOS AUTORES RESISTÊNCIA DA RÉ EM FORNECER SEGUNDA VIA DE BOLETO VENCIDO EM 02/2017 FATO INCONTROVERSO MORA DOS AUTORES NÃO REGISTRADA - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - MANUTENÇÃO DA R. SENTENÇA REAPRECIAÇÃO MINUCIOSA DA R. SENTENÇA QUE IMPLICARÁ EM DESNECESSÁRIA REPETIÇÃO DOS ADEQUADOS FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO ADOTADO PELO JUÍZO SIMPLES RATIFICAÇÃO DOS TERMOS DA R. DECISÃO DE 1º GRAU, QUE SE MOSTRA SUFICIENTEMENTE MOTIVADA RECURSO NÃO PROVIDO" (fl. 244 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 291/296 e-STJ).

No recurso especial (fls. 250/268 e-STJ), além do dissídio interpretativo, o recorrente alega violação dos seguintes dispositivos e suas respectivas teses:

(i) arts. 940 e 944 do Código Civil - porque a condenação em danos morais não observou a proporcionalidade e razoabilidade;

(ii) art. 945 do Código Civil - há culpa concorrente do autor que afasta a condenação em dano moral, e

(iii) art. 85, § 4º, do CPC/2015 - o valor fixado a título de honorários deve ser reduzido.

Oferecidas as contrarrazões, o recurso não foi admitido na origem, sobrevindo o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Na hipótese, verifica-se que a matéria versada no art. 945 do Código Civil não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e, nos embargos declaratórios opostos, não se provocou o pronunciamento acerca da questão.

Nessa circunstância, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282 do STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"*.

A propósito:

"AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. BEM IMÓVEL. RECURSO ESPECIAL ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS PRECEITOS LEGAIS DITOS VIOLADOS. PRETENSÃO DE IMPUGNAÇÃO REFLEXA DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO LOCAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

2. É de rigor a aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF quando, apesar de opostos embargos de declaração, os preceitos legais ditos violados não foram objeto de debate pelo Tribunal recorrido, por este ter decidido a lide à luz de legislação diversa.

(...)

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag 1.420.212/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 7/11/2013, DJe 11/12/2013).

Além disso, constata-se que as conclusões da Corte de origem resultaram da estrita análise das provas carreadas aos autos e das circunstâncias fáticas que permearam a demanda.

É o que se extrai da leitura do voto condutor do julgado ora hostilizado, merecendo destaque o seguinte trecho de sua fundamentação:

"(...) O Recurso como interposto pela administradora de consórcios ré não deve ser merecedor de acolhimento por parte desta Turma Julgadora, uma vez que os limites definidos quando da prolação da R. Sentença ora submetida a ataque, se mostraram plenamente adequados à realidade como estampada no conjunto dos autos.

Superior Tribunal de Justiça

Partindo da introdução acima indicada, e diante da análise do quanto encartado a título de elementos de cognição ao feito, de rigor firmar entendimento no sentido de que o posicionamento adotado em 1º Grau se mostrou plenamente adequado à realidade estampada no todo processado, no momento em que reconheceu como sendo indevida a anotação desabonadora que foi promovida pela administradora recorrente, com o consequente reconhecimento de obrigação que lhe foi imposta, esta no que toca a suportar o pagamento de indenização pelos danos morais suportados pelos autores, acerto esse que se verifica, inclusive, no que diz respeito ao valor estabelecido a título de indenização pelos danos morais entendidos presentes, cuja fixação se deu de forma suficiente em R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para cada autor, uma vez que, conforme resultou demonstrado por meio do todo processado, em se tratando de relação de consumo, competia à ré comprovar que a anotação desabonadora do nome dos autores, junto aos órgãos ditos de proteção a o crédito se mostrou adequada, ônus do qual não se desincumbiu, daí porque deva ser ratificado o posicionamento nesse sentido adotado pelo D. Julgador, sendo caso de transcrever, ainda que de forma parcial, os fundamentos adotados pela R.

Sentença sob ataque, pela qual resultou definido que:

'(...) A presente lide sustenta-se na suposta recusa da requerida em emitir a segunda via do boleto da parcela vencida em 02.2017, pertinente ao consócio celebrado entre as partes. E tal oposição teria como sustentáculo a exigência da administradora do consócio à renúncia dos requeridos quanto a uma ação revisional contra ela proposta em momento anterior.

Em decorrência desse imbróglio, outras parcelas foram atingidas pelo vencimento e o nome dos requerentes teriam sido inscritos em cadastros de proteção ao crédito, dando azo à ocorrência de danos morais.

Pois bem.

De plano, merece destaque o fato da requerida não ter contestado a existência da conversa transcrita na peça exordial e ter admitido que a sua preposta "sugeriu" a desistência da ação revisional no ensejo das tratativas voltadas à obtenção do boleto (fls. 73).

Por conseguinte, constitui fato incontroverso a resistência da requerida em conceder a segunda via do boleto vencido em 02.2017 com vistas a coagir os consumidores a renunciarem ao direito disputado em outra ação judicial (art. 374, inciso III, do CPC).

Em face desse quadro, a mora no pagamento que inicialmente corria em face dos requerentes passou ao cargo da requerida, pois a oposição em fornecer a segunda via do boleto com fins espúrios constitui verdadeira recusa indevida.

Nessa toada, deve ser reconhecida a ausência de mora por parte dos consumidores, visto que o pagamentos das faturas relacionadas na inicial só não se concretizou pela postura abusiva da fornecedora de serviços (art. 39, inciso V, do CDC).

Sob prisma diverso, tem-se como indevida a inscrição de débitos (fls. 18/19) tidos em mora por culpa do próprio credor em cadastros de restrição ao crédito,

Superior Tribunal de Justiça

configurando dano moral in re ipsa, devendo ser objeto de pronta compensação.

Destarte, considerando toda a extensão temporal e todo o imbróglgio gerado pelo vício no serviço prestado, tem-se como adequado e proporcional o valor de R\$7.000,00 (sete mil reais) para cada requerente a título de compensação por danos morais. (...)'

Diante de tal realidade, de rigor, entender que os termos da R. Sentença como proferida se mostram plenamente ajustados a questão discutida nos autos, razão pela qual não deve o entendimento exteriorizado em 1º Grau ser alvo de censura, muito menos reforma, porque de forma plenamente ajustada à realidade" (fls.246/247 e-STJ).

Rever tais conclusões demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

No que tange à pretensão recursal de reduzir o valor arbitrado a título de indenização por danos morais, registre-se que o Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso, em que arbitrada indenização no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

A quantia fixada não destoia dos parâmetros adotados por esta Corte em casos análogos, que devem ser analisados à luz do caso concreto, e cuja alteração somente é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. CIRURGIA. IMPLANTAÇÃO DE PRÓTESE. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O entendimento deste Sodalício é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. Desse modo, uma vez que o valor estabelecido a título de reparação por danos morais não se apresenta ínfimo ou exagerado, à luz dos critérios adotados por esta Corte, a sua revisão fica obstada pela Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp nº 305.325/GO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 2/5/2013, DJe 17/6/2013- grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. PREQUESTIONAMENTO.

Superior Tribunal de Justiça

AUSÊNCIA. REVISÃO DO JULGADO A QUO. REEXAME DO CONTRATO. SÚMULA STJ/5. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1.- O conteúdo normativo do art. 884 do Código Civil não foi objeto de debate no v. Acórdão recorrido, carecendo, assim, do necessário prequestionamento viabilizador do Recursos Especial. Incide, na espécie, a Súmula 211 desta Corte.

2.- Em relação à cobertura securitária, verifica-se que para infirmar a conclusão a que chegou o Tribunal de origem acerca da inexistência que cláusula que exclua expressamente a cobertura da cirurgia requisitada seria necessário reexame do contrato, o que é defeso nesta fase recursal a teor da Súmula 5 do STJ.

3.- A intervenção do STJ, Corte de caráter nacional, destinada a firmar interpretação geral do Direito Federal para todo o país e não para a revisão de questões de interesse individual, no caso de questionamento do valor fixado para o dano moral, somente é admissível quando o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprindo o duplo grau de jurisdição, se mostre **teratológico, por irrisório ou abusivo**.

4.- Inocorrência de teratologia no caso concreto, em que, em razão de recusa da ré em autorizar o material para a cirurgia sob alegação de que o contrato celebrado entre as partes não prevê a cobertura de prótese, foi fixado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de danos morais.

5.- A agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

6.- Agravo Regimental improvido" (AgRg no AREsp nº 412.501/RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 10/12/2013- grifou-se).

O mesmo se diz no que se refere ao valor fixado a título de honorários de sucumbência, pois a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de não se poder rever o entendimento exarado na origem, ante o óbice da Súmula nº 7/STJ, exceto nas hipóteses de valor ser irrisório ou exorbitante, que não é o caso dos autos.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO DENTRO DOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que: (i) não havia como afastar a responsabilidade da agravante pelos danos que o incêndio propagado de sua propriedade causou ao agravado, e (ii) o agravado sofreu danos morais indenizáveis. Alterar esses entendimentos demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

3. **Consoante a jurisprudência desta Corte, somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor dos honorários advocatícios fixado na origem, é possível afastar o óbice da Súmula n. 7/STJ**

Superior Tribunal de Justiça

para o reexame em recurso especial. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo, a justificar sua reavaliação.

4. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 886.286/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 26/8/2019, DJe 2/9/2019- grifou-se).

Por fim, consoante iterativa jurisprudência do STJ, a aplicação do enunciado nº 7 deste Tribunal em relação ao recurso especial interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional prejudica a análise da mesma matéria indicada no dissídio jurisprudencial.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários advocatícios foram fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido pela executada, os quais devem ser majorados para 17,5% (dezessete vírgula cinco por cento) em favor do advogado da parte recorrida, observada a assistência gratuita, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator